

Projeto para substituir a semana inglesa ganha força

João Carlos Henriques

Começa a tomar corpo na Câmara Legislativa a proposta do líder do governo, Maurílio Silva (PTR), de se elaborar um projeto alternativo ao projeto da semana inglesa vetado pelo governador Joaquim Roriz. A idéia predominante entre os deputados é a de possibilitar o funcionamento do comércio até às 18h00 dos sábados, dando como compensação ao comerciário uma folga na segunda-feira no período da manhã. Os estabelecimentos comerciais só abririam nas segundas-feiras ao meio-dia. Essa proposta tem o aval do presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Ney Carneiro.

No dia do voto, anteontem, 17 deputados admitiram essa possibilidade, embora alguns preferissem derrubar o voto e outros mantê-lo. O deputado Fernando Naves (PDC) mudou de idéia. Inicialmente ele achou boa a proposta de se estudar um projeto alternativo ou consensual que agradasse a comerciários e comerciantes. Ontem, contudo, Naves defendeu que se derrube o voto governamental e se experimente o projeto de seu colega Cláudio Monteiro (PRP). "Temos que

testar o projeto aprovado na Câmara", entende Naves, acrescentando que discorda do voto de Joaquim Roriz. "Ao contrário do que a assessoria jurídica do governador afirmou, o projeto de Cláudio Monteiro é constitucional.

Na opinião de Fernando Naves, se na prática a lei da semana inglesa se mostrar inviável, ele admite alterá-la, adaptando-a à realidade do Distrito Federal. Como era de se esperar, Cláudio Monteiro defende a derrubada do voto e não concorda com a fundamentação jurídica utilizada pelo governador para o voto. "Projeto alternativo, agora, é circo", dispara Monteiro.

A bancada do PT também tem questão fechada sobre o voto: Derrubá-lo e não discutir projeto alternativo. O deputado Pedro Celso lamenta que com "uma canetada o governador tenha punido 65 mil comerciários e suas famílias".

Já a bancada do PDT prefere aguardar para ver. Os pedetistas Benício Tavares, Edmar Pirineus e Padre Jonas vão adotar posição em conjunto. "Só após a reunião da bancada vamos decidir o que fazer", disse ontem Padre Jonas, o líder do partido. A tendência do

PDT, segundo Benício, é a de apoiar a elaboração de um outro projeto "consensual".

Os quatro deputados do partido de Roriz, o PTR, votam pela manutenção do voto e defendem o projeto alternativo, que contempla comerciantes, comerciários e consumidores. O presidente da Câmara, Salviano Guimarães (PFL), afirmou ontem que continua "sendo pela negociação". Segundo ele, é possível se chegar a um projeto de consenso antes da apreciação do voto.

O deputado Jorge Cauhy (PL), o maior opositor da semana inglesa na Câmara, entende que o "veto foi oportunamente". Em sua opinião, os deputados poderão agora elaborar outro projeto que "atenda empresários, sindicatos e o povo". Cauhy defende, no entanto, o "Comércio livre", respeitando-se a jornada de trabalho de 44 horas em dois turnos.

Peniel Pacheco (PST) afirmou que "se tiver um projeto consensual, que possa ser apresentado nos próximos dias e que satisfaça os interesses dos comerciários, ele terá o meu apoio". Caso contrário, Peniel garante que vota pela derrubada do voto.

Sugestão veio do governador

Quando encaminhou sua mensagem à Câmara Legislativa, o governador Joaquim Roriz acenou com a possibilidade da elaboração de um projeto alternativo. Ele já havia discutido essa possibilidade com 17 deputados distritais. Na ocasião, no Palácio do Buriti, os deputados concordaram.

De acordo com o último parágrafo na mensagem de Roriz, o governador sugere "a apresentação de novo projeto que discipline a questão". Roriz defende que, tendo em vista "o anseio dos comerciários e da comunidade", além da harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo, que se promova "uma ampla discussão com todos os setores envolvidos".

Segundo o artigo 67 da Constituição, "a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros". No caso da Câmara Legislativa, a maioria absoluta é de 13 deputados. (J.C.H.)

Buriti promove debate

A Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo e a Secretaria do Trabalho do Distrito Federal vão promover, a partir da próxima semana, debates setorizados sobre a semana inglesa. O objetivo é formar um banco de dados que possa subsidiar o governador Joaquim Roriz nas conversas que terá com os deputados distritais para a elaboração de um novo projeto de lei sobre este assunto. O secretário do Trabalho Renato Riella, disse que tanto os comerciários quanto os empresários foram "intransigentes" com relação ao assunto e não procuraram esclarecer, de forma satisfatória, a população sobre o projeto de lei, vetado pelo governador, quinta-feira passada.

Segunda-feira, à tarde, técnicos das duas secretarias vão se reunir para definir o cronograma dos encontros. Já está acertado que a discussão será por áreas (por exemplo, um debate com representantes dos shoppings, supermercados, comerciantes das satélites, empregados

do comércio e assim por diante) e se estenderá por até três semanas. A maior preocupação, de acordo com o secretário da Indústria e Comércio, Ezil da Rocha Veiga, será identificar a tendéncia de pensamento da sociedade brasiliense com relação ao horário de funcionamento do comércio.

"É preciso observar que se reduzirmos a atividade econômica, através do fechamento do comércio, a medida se refletirá na diminuição das oportunidades de emprego", afirmou Ezil Veiga. O voto do governador ao projeto, para os secretários, dará uma maior oportunidade de discussão.

"A urgência na tramitação do projeto impediu que nós trabalhássemos num levantamento de informações, inclusive comparando com a legislação em vigor em outros Estados", observou Riella. O secretário do Trabalho defende a elaboração de um novo projeto de forma conjunta, ou pelo menos, "o mais consensual possível". (Marco Túlio Alencar)